



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA

Ata de Reunião

DATA E HORÁRIO 24/05/2010 – início às 08 horas

LOCAL – Hotel Verdegreen - Av. João Maurício, Manaíra.

REUNIÃO CONDUZIDA POR

Procurador Geral de Justiça Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

TIPO DE REUNIÃO

Reunião de Trabalho com os órgãos da Administração Superior

SECRETÁRIO(A) Vasti Cléa Marinho Costa Lopes

PARTICIPANTES

1. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho - Procurador-Geral
2. Néelson Antônio C. Lemos - Sub-Procurador Geral
3. Alcides Orlando de Moura Jansen - Ceaf/Geplag
4. Bertrand de Araújo Asfora - Secretário Geral
5. Adrio Nobre Leite - 1ºCaop
6. Luiz Nicomedes de Figueiredo Neto - 2º Caop
7. Ricardo José de Medeiros e Silva - Caimp
8. Alexandre César F. Teixeira – Assessoria Técnica
9. Lucio Mendes Cavalcante - Assessoria Técnica
10. Antonio Hortêncio R. Neto - Assessoria Técnica
11. Amadeus Lopes Ferreira - Assessoria Técnica
12. Nara Elizabeth T. de Souza Lemos - CCIAF
13. Rodrigo Silva Pires de Sá - CCIAF
14. José Raldeck de Oliveira - CCIAF
15. José Leonardo Clementino Pinto – CCIAF
16. Carlos Romero Lauria Paulo Neto – CCIAF
17. Ana Maria França C. de Oliveira – CCIAF
18. Francisco Seráphico da Nóbrega Filho – CCIAF
19. Octávio Celso G. Paulo Neto - Gaeco
20. Manoel Cacimiro Neto - Gaeco
21. Vasti Cléa Marinho da Costa Lopes - Ceaf

TÓPICOS DA REUNIÃO:

1. Exposição do Procurador – Geral de Justiça:

Avanços e desafios: o Procurador Geral Oswaldo Trigueiro do Valle Filho falou da importância de integração dos órgãos da Administração do Ministério Público, mostrou os avanços alcançados pela instituição nos 9 (nove) meses de gestão, ressaltou a disposição de tornar semestrais as reuniões para favorecer a unidade de atuação e anunciou as datas das próximas: dias 23/08, 22/11 de 2010, 21/02, 23/05, 22/08 de 2011.

2. Exposição de cada órgão: planejamento, operacionalização e obstáculos setoriais.

- **Subprocuradoria:** Nelson Lemos relatou as seguintes ações:
 1. Reuniões em substituição ao PGJ no Colégio Nacional de Procuradores Gerais;
 2. Acompanhamento às comissões sob sua presidência a exemplo da CCIAF, Assessoria Técnica e Comissão de Legislação.

- **Secretaria:** Bertrand Asfora relatou as seguintes ações:
 1. Reformulação do site, passando a ser impessoal, destaque para o "Fale com o PGJ", que democratiza a instituição;
 2. Sessão do CPJ *Online*, ferramenta de comunicação interna (zimbra);
 3. Controle dos processos internos, arquivados no Arquimedes;
 4. Secretaria Geral *Online*, onde se encontra toda a regulamentação administrativa e Almoxarifado *Online*, o primeiro passo para o processo virtual administrativo;
 5. Portaria de férias e de substituição automática, de uso dos veículos, estacionamento para os membros;
 6. Renegociação contrato com Oi celular, trazendo vantagens econômicas e de qualidade para o serviço;
 7. Fortalecimento setor de auditoria;
 8. Criação de fluxograma de processos, com prazos definidos para tramitação;
 9. Informatização recursos humanos;
 10. Licitação para manutenção de carros e elevadores;
 11. Programas do cartão dos correios, porte pago;
 12. Plantão dos curadores;
 13. Mutirão do júri;
 14. Recebimento do Corregedor do CNMP.
 15. Tem por meta futura: possibilidade de permuta de substituição automática, alteração de portaria de férias; e criação do Fórum Nacional dos Secretários Gerais (já conta com adesão de 18 Estados).

- **GEPLAG:** Alcides Jansen expôs:
 1. A necessidade da presença da Corregedoria nas próximas reuniões;
 2. A realização de 14 reuniões ordinárias ;
 3. Feitas 04 apresentações de empresas de consultoria de planejamento estratégico;
 4. Visitas institucionais aos MP/MG e MP/Goiás, resultando, inclusive, alteração na LOMP, com a inclusão do Curso de Formação do Promotor de Justiça no capítulo sobre o Concurso.

- **Ceaf:** Alcides Jansen relatou as seguintes ações:

1. 04 Encontros Regionais e 01 Plenária (CEAF-CAOP).
2. Bases Legais e Éticas das Fiscalizações de Instituições Hospitalares.
3. Seminário TAC – Um Instrumento do Promotor de Justiça Social.
4. Curso de Relações Interpessoais;
5. Contribuição ao Programa para Capacitação dos Conselheiros Tutelares da Paraíba (Guia, Vídeo e Slides);
6. 02 reuniões dos subgrupos do Encontros Regionais;
7. Curso para os auditores do TCE (CEAF, GAECO, CCIAIF);
8. I SEMINÁRIO SOBRE A GESTÃO ESTRATÉGICA NO MP;
9. Implantação do Programa para Estagiários do MP-PB (área jurídica e TI);
10. Lançamento da Revista Jurídica nº. 3, Regulamentação do Conselho Editorial, composição e posse, e ainda, expedição do Edital da de nº. 4 (prazo 11 de junho para remessa dos artigos);
11. Apoio a eventos (*Workshop* Paraibano de Medicamentos Irregulares - parceria com ANVISA e AGEVISA, Campanha em parceria com a ANVISA, CONTRA O CIGARRO CONTRABANDEADO E FALSIFICADO);
12. Cursos em parceria externa (Curso de Capacitação de Gestores Públicos – Auditores/Contadores (TCE) e Mediação em Técnicas Autocompositivas – Comarca de Patos e I Curso de Libras em Contexto – Curso Básico de Libras para membros e servidores, de 18 de maio a 20 de julho de 2010 – Curso de Especialização em Direitos Fundamentais – 03 Membros).
13. Vasti Cléa Lopes expôs o **planejamento para o 2º semestre**: Apoio a eventos (Seminário de Controle Social- Parceria com CGU, FOCCO e TCU, nos dias 28 e 29 de maio); Cursos em parceria externa (Mediação em Técnicas Autocompositivas – Comarca de Sousa, Campina Grande e João Pessoa); Curso de Gestão - 3 módulos - Convênio TCE, Curso à Distância de Capacitação em Direito do Consumidor, Formação da Matriz Curricular, Defesa da Concorrência e Crimes contra as Relações de Consumo, em parceria com a Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC); II Seminário sobre Gestão Estratégica (Data prevista: Final de Novembro); Seminário CPP (Data prevista: Agosto); III CONGRESSO ESTADUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (Setembro/Outubro); Ambientação dos Estagiários (Data prevista: Agosto); Lançamento da Revista Jurídica nº 04 (Data prevista: Dezembro); Seminário – Relação Imprensa/MP/Judiciário (ESMA) (Data prevista: a definir)

- **1º CAOP-** Adrio Nobre Leite assim se manifestou:
 1. Ressaltou problemas de comunicação entre os órgãos;
 2. Contabiliza a realização de 04 reuniões regionais;
 3. Noticiou a formação de cinco Equipes Especializadas (Consumidor e Saúde, Meio Ambiente e Urbanismo, Infância e Juventude e Educação, Cidadania e Direitos Humanos, Patrimônio Público e Terceiro Setor), tendo o Estado sido dividido em cinco microrregiões, com início das atividades em abril, já iniciado 2º ciclo de atividades;
 4. Ressaltou que as Equipes Especializadas são um momento de transição na Instituição para os Caops temáticos;
 5. Registrou a criação do portal MP Social.
- **2º CAOP-** . Luis Nicomedes de Figueiredo Neto expôs o que segue:
 1. Ressaltou o papel de gestor do prédio onde estão instaladas as Curadorias, reputou ser o maior desafio organizar a parte administrativa e neste aspecto já regulamentou férias de servidores, controle de requerimento de diárias,

compensação de horas para servidores;

2. Informou a organização do uso de veículos oficiais;

3. A formação de equipes para treinamento dos Conselhos Tutelares, suspensa para redimensionamento após a implantação das Equipes Especializadas;

4. A criação do Núcleo de Apoio Contábil para prestar assistência aos Promotores na área contábil;

5. Ressaltou a necessidade de redefinição dos Caops, após a criação das Equipes Especializadas.

- **CCIAF** - O Coordenador Carlos Romero Lauria Paulo Neto assim se pronunciou:

1. Deu as boas vindas à José Raldeck de Oliveira, novo membro da CCIAF;

2. Expôs como atividade realizada a elaboração projeto CCIAF 2010, com planos de atuação prioritária; ressalta a atuação anterior passiva e a mudança para uma atuação proativa;

3. Informou que foram eleitos três temas de atuação prioritária: *1. Desvio recursos públicos; 2. Contratação irregular. 3. Ofensa aos princípios da impessoalidade e moralidade*; informa da existência da sub notificação sobre o tema 1; O plano de atuação meio consistiu em: a) criar ambiente de rede, favorecendo uniformização de entendimentos; b) elaboração do regimento interno, trazendo estabilidade normativa e de prática; c) criação de informativo eletrônico, ainda a executar; d) resumo dos procedimentos a disposição dos promotores comarcãos, a executar; e) termo de cooperação disponibilizando acesso ao alguns membros do MP ao Programa Tramita, do TCE; f) acesso ao banco de dados que acessa o Sagres; g) inspeções in loco compartilhadas com auditores do TCE;

4. Rodrigo Pires ofereceu explicações sobre o caso Banco Matone, que se constituiu na oferta irregular de empréstimo consignado com falsificação de contracheques, já tendo sido requisitados documentos que já chegaram a Comissão, estando o procedimento em fase de formulação da denúncia, existindo 40 prefeituras envolvidas.

5. Raniere Dantas noticiou que a contratação irregular de servidores foi atacada na expedição de recomendação para exoneração de servidores contratados e realização de concurso público, além de instauração de ICP para análise de irregularidades das leis municipais que tratam da questão, e neste tocante diz que os precatórios enviados não estão sendo cumpridos.

6. José Raldeck questionou sobre a dificuldade de acesso que tem o membro do MP aos documentos do TCE quanto a processos já findos.

- **ASSESSORIA TÉCNICA**: Alexandre César informou como atividades executadas:

1. A padronização de peças;

2. A uniformização de entendimentos;

3. A atualização de bancos de dados de doutrina e jurisprudência;

4. Os enfrentamentos com o TJPB no que tange a posições anacrônicas, a exemplo de questões de precatórios;

5. Feitura de petições mostrando que a necessidade da intervenção do MP nos casos de interesse público, com relevo para a matéria social;

6. Criação do regimento interno;

7. Construção de link, com petições, dicionário eletrônico, entre outras ferramentas;

8. Projeto de controle de inconstitucionalidade.

Lúcio Mendes ressaltou a importância da visão sistêmica, da flexibilidade, do cuidado com os recursos financeiros e investimento nas pessoas, registrou os avanços na instituição. Mostrou como demandas necessárias: regimento interno, link e formação do grupo de controle de constitucionalidade, e como demandas

urgentes o grande volume de processos destinados à Assessoria Técnica, noticiando dados da DIAFU: dos processos que são distribuídos para a segunda instância do Ministério Público, 33% deles são distribuídos para o Procurador Geral de Justiça e 67% vão para os 19 Procuradores de Justiça.

- **CAIMP:** Ricardo José de Medeiros assim se pronunciou:
 1. Fez registro histórico da criação da Caimp; ressaltou que o órgão não faz controle externo da atividade policial, não funciona porque é um modelo falido; não tem resultados favoráveis para apresentar; defendeu que a CAIMP tem sua estrutura desvirtualizada e papel meramente cartorário;. Noticiou que há em execução estudo para transformação no Núcleo de Controle Externo e Acompanhamento Estatístico, dentro da resolução nº 20 do CNMP e das mudanças no CPP.
- **GAECO** - Octávio Paulo Neto mostrou como atividades realizadas:
 1. A criação de sistema de inteligência;
 2. Prioridade para a área social;
 3. Implantação de Software;
 4. Primeiro Gaeco a receber da Abin software.
 5. Digitalização de todos os documentos com criação de memória para futuro planejamento;
 6. Atuação no projeto transparência, que envolve diversas prefeituras;
 7. Compartilhamento de dados para atuação conjunta criminal e de improbidade;
 8. Operação chama azul que o Gaeco coordena nacionalmente;
 9. Operação Quark; grupo de extermínio, com dados sobre inquéritos em todas as comarcas para cruzamento de dados;
 10. Acompanhamento de todos os homicídios ocorridos no estado para análise, em razão já foram presos 14 policiais envolvidos em grupos de extermínio;
 11. Apontou como maior desafio ser aceito internamente, a despeito da atuação externa reconhecida.

3. Construção de iniciativas em parceria: interação para medidas conjuntas-exposição e deliberação.

- Pelo Coordenador do 1º Caop foi sugerido que os encontros promovidos pelas Equipes Especializadas sejam centralizados no Ceaf, como ambiente natural devido a sua atribuição.
- A Caimp sugeriu dar apoio na área penal;
- Tratou-se sobre o Núcleo de perícia, necessidade de sua criação e como ficaria centralizado.
- Sugestão do Procurador Geral de Justiça de que o Ceaf busque junto aos demais órgãos saber quais os projetos em termos de aperfeiçoamento funcional para fins de formatação de uma agenda de eventos;
- Controle de constitucionalidade: sugestão de parceria entre CCIAF e Assessoria Técnica.
- Adrio Nobre Leite aponta problemas na cumulação de atividades dos membros das Equipes Especializadas, dificultando a atuação.
- CCIAF propôs manutenção de parceria com a Equipe Especializada do Patrimônio Público para formação de banco de dados.
- Pelo Procurador Geral de Justiça foi exposta a necessidade de interiorização dos órgãos.
- Foi debatida a formação do Grupo de Apoio ao Promotor (GAP).

- DELIBERAÇÃO:
- Os encontros de capacitação de membros idealizados pelas Equipes Especializadas serão organizados pelo Ceaf, que também fará contatos com os demais órgãos para implementar novas capacitações dentro do interesse de cada um deles;
- O CCIAF adotará ações conjuntas com a Assessoria Técnica no que tange ao controle de constitucionalidade de leis.
- A Secretaria Geral demonstra que os promotores das Equipes Especializadas estão cumprindo a tabela de substituição.
- Deliberado, por fim, o rodízio dos estagiários nas áreas de atuação.

4. O planejamento estratégico: alinhamento da equipe

- Alcides Jansen explicou a importância do planejamento estratégico, fase embrionária do projeto; ressalta a necessidade de participação de todos os membros;
- Raniere Dantas mostrou a importância de que todos caminhem na mesma direção; a definição de prioridade no planejamento estratégico; diz que alinhamento da equipe significa todos na mesma direção.
- Octávio Paulo Neto ressaltou a importância do registro das audiências públicas e a necessidade de ter link direto com o TJ para fins de consulta sobre ações ao Siscom.
- Ricardo José Medeiros solicitou informações maiores sobre programas de TI para conhecimento e uso das ferramentas.
- Oswaldo Trigueiro do Valle Filho apontou a necessidade de que todos participem das diversas atividades envolvendo outros órgãos.

5. Calendário de ações: compartilhamento e organização comum

- A Secretaria Geral informou que foi providenciado registro de preços para cotação de preços e mostrou a necessidade de planejamento prévio de eventos para alocação de recursos;
- DELIBERAÇÃO: Ficou definido que se fará um calendário de eventos de todos os órgãos, a cargo da Secretaria Geral, após prestadas as informações pelos demais órgãos, no prazo de 30 dias.

6. Assuntos administrativos: pendências e soluções

- O Procurador Geral de Justiça apontou necessidade de busca de soluções, além da simples remessa de ofícios solicitando atendimentos diversos, levando em conta que a instituição é carente de recursos. Falou da questão dos servidores que estão nos gabinetes dos Procuradores de Justiça, enquanto outros órgãos estão carentes de servidores, havendo necessidade de redimensionamento.
- 2º Caop: Relatou problemas com Oficial de Promotoria para cumprir diligência.
- 1º Caop: Pediu solução para ofícios que não estão registrados no Arquimedes e não são localizados e para a falta de acessibilidade do prédio do 1º Caop; Noticiou a existência de Defensores Públicos no Ministério Público que reclamam de terem que se cadastrar no ponto eletrônico;
- Assessoria técnica: ressaltou a falta de pessoal e a redução de quase 20% do pessoal antes existente; mostrou que a criação do grupo de controle de constitucionalidade demanda mais servidores, pelo que solicitou restituição do

número anterior de servidores; mostrou a necessidade de obras doutrinárias para consulta e de servidor permanente com domínio da matéria;

- Gaeco: relatou necessidade de servidores especializados, apontando como solução a relocação de policias militares para dentro do Gaeco; pediu instalações físicas melhores, mais veículos, como uma moto, que seria solucionado com convênio com Estado; necessidade de uma disponibilidade financeira para pequenas compras; sugeriu convênio com Cefet para manutenção de micros;
- CCIAF: Expôs necessidade de Oficial de Promotoria com moto para cumprir diligências na região metropolitana, apontando como *solução* o núcleo de diligências para servir a todos os órgãos; pediu apoio técnico contábil para suporte à CCIAF e Promotorias; mostrou a necessidade de máquina de xerox; que o atual mobiliário é inadequado e antigo; computadores em número reduzido;
- CEAF: Mostrou a necessidade de máquina xerox devido ao grande número de cópias e a distância do prédio da PGJ; sugeriu viabilizar pagamento prévio de diárias para servidores e membros que participarem de eventos; aquisição de máquinas recicladoras de cartucho, com registro para a péssima qualidade dos atuais; pediu desmembramento de processo de aquisição de livros para a Geplag; sugeriu a regularização da ida de membros a eventos fora do Estado, estabelecendo fluxograma ou forma de comunicação mais ágil; expôs necessidade de incrementar o uso da intranet.

7. Conclusão da reunião, com palavras do Procurador Geral de Justiça Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, agradecendo o esforço de cada membro na construção de uma nova realidade, entendendo o esforço pessoal e a contribuição de cada um e conclamando a união de todos em torno da administração.

Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que, lida e achada conforme, segue assinada pelos participantes.

João Pessoa, 24 de maio de 2010.

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
Procurador-Geral de Justiça

Nélson Antônio C. Lemos
Sub-Procurador Geral de Justiça

Alcides Orlando de Moura Jansen
Ceaf/Geplag

Bertrand de Araújo Asfora
Secretário Geral

Adrio Nobre Leite
1ºCaop

Luiz Nicomedes de Figueiredo Neto
2º Caop

Carlos Romero Lauria Paulo Neto
CCIAF

Ricardo José de Medeiros e Silva
Caimp

Alexandre César F. Teixeira
Assessoria Técnica

Lucio Mendes Cavalcante
Assessoria Técnica

Antonio Hortêncio R. Neto
Assessoria Técnica

Amadeus Lopes Ferreira
Assessoria Técnica

Nara Elizabeth T. de Souza Lemos
CCIAF

Rodrigo Silva Pires de Sá
CCIAF

José Raldeck de Oliveira
CCIAF

José Leonardo Clementino Pinto
CCIAF

Francisco Seráphico da Nóbrega Filho
CCIAF

Ana Maria França C. de Oliveira
CCIAF

Octávio Celso G. Paulo Neto
Gaeco

Manoel Cacimiro Neto
Gaeco

Vasti Cléa Marinho da Costa Lopes
Ceaf